



EDITAL Nº
13/2019

Despachos de delegação e subdelegação de competências

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes:

TORNA PÚBLICO que, no seguimento de alteração à composição da Câmara Municipal e da deliberação de 6 de março de 2019 foram proferidos vários despachos de delegação e subdelegação de competências, por mim, pelos vereadores com responsabilidades atribuídas e pelos chefes de divisão, que se anexam, no sentido de lhes dar publicidade.

E para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares mais públicos e do costume.

Município de Abrantes, 11 de março de 2019

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos do Reis
Presidente da Câmara

- Alteração ao regulamento da estrutura nuclear – aumento em 3 Unidades Orgânicas flexíveis (Divisões);
- Procedimento Concursal para provimento – Chefe da Divisão de Resíduos Sólidos Urbanos - SMA;
- Procedimento pré-contratual para “Fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais” – assunção de compromisso plurianual;
- Procedimento para “Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes” – assunção de compromisso plurianual;
- Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes – Nomeação do auditor externo;
- Moção - Plano Nacional de Investimentos 2030, uma oportunidade perdida, uma promessa incumprida – apresentada pelo PSD;
- Moção - Solicitação de esclarecimentos sobre a efetiva localização de ponte sobre o Rio Tejo entre Abrantes e Constância – apresentada pelo PSD;
- Moção – Proposta de Recomendação - Por um Município de Abrantes mais amigo dos invisíveis e dos daltónicos – apresentada pelo PSD;
- Moção – ARU – apresentada pelo eleito do MIFRM – Movimento Independente Freguesia de Rio de Moinhos.

Tomado conhecimento.



GAP - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, do seguinte teor:- PG 457074

“Considerando os poderes consignados pelo nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, assim como as respetivas competências estabelecidas no artigo 33º da citada lei, proponho que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara a competência para:

- 1. No âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente:*
 - a). Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;*
 - b). Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, ao abrigo da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;*
 - c). Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;*
 - d). Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a*

alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções, ao abrigo da alínea h) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

e). Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, ao abrigo da alínea I) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

f). Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

g). Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, ao abrigo da alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

h) assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, ao abrigo da alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

i). Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

j). Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, ao abrigo da alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

k). Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, ao abrigo da alínea x) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

l). Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, ao abrigo da alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

m). Executar as obras, por administração direta ou empreitada, ao abrigo da alínea bb) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

n). Alienar bens móveis, ao abrigo da alínea cc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

o). Proceder a aquisição e locação de bens e serviços, ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

p). Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no

património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, ao abrigo da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

q). Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, ao abrigo da alínea ff) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

r). Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, ao abrigo da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

s). Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, ao abrigo da alínea ii) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

t). Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, ao abrigo da alínea jj) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

u). Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura, ao abrigo da alínea kk) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

v). Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, ao abrigo da alínea II) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

w). Designar os representantes do município nos conselhos locais, ao abrigo da alínea mm) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

x). Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, ao abrigo da alínea nn) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

y). Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea pp) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

z). Administrar o domínio público municipal, ao abrigo da alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

aa). Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos, ao abrigo da alínea rr) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

bb). Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia, ao abrigo da alínea ss) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

cc). Estabelecer as regras de numeração dos edifícios, ao abrigo da alínea tt) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

dd). Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município, ao abrigo da alínea uu) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

ee) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município, ao abrigo da alínea ww) nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

ff). Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea xx) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

- gg). Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, ao abrigo da alínea yy) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- hh). Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município ao abrigo da alínea zz) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- ii). Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, ao abrigo da alínea bbb) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- jj). Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, ao abrigo da alínea b) do artigo 39º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- kk). Proceder a marcação e justificação das faltas dos membros da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do artigo 39º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. Considerando as competências previstas Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, na atual redação, bem como o disposto no nº 1 do respetivo artigo 3º, relativamente ao exercício e fiscalização das seguintes atividades, e até à celebração dos acordos de execução nos termos do artigo 133º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:
- a) Guarda-noturno (ressalva-se desta delegação a atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, por se tratar de competência própria do Presidente da Câmara, cfr. artigo 5º nº 1 do Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro);
- b) Realização de acampamentos ocasionais;
- c) Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão;
- d) Realização de fogueiras ou queimadas.
3. Considerando as competências quanto a outras matérias:
- a) Autorização para realizar obras por administração direta até ao valor de 149.639,36 €, ao abrigo do nº 2 do artigo 18º em conjugação com o artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na atual redação;
- b) Autorização para realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 748.196,85 €, ao abrigo do nº 2 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na atual redação;
- c) A autorização para a utilização de vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, de acordo com o previsto no Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março.
4. Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de licenciamento previstas na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no sentido de incutir maior celeridade aos processos, proponho que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara Municipal as competências para:
- a) Licenciamento administrativo para realização de operações urbanísticas no âmbito das alíneas c) a f) do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação;
- b) Aprovação da informação prévia prevista no artigo 5º, nº 4, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação;
- c). Determinar, precedendo de vistoria, as obras de conservação necessárias a correção de más condições de segurança ou salubridade ou a melhoria do arranjo estético, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99,

de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

d). Ordenar, precedendo de vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

e). Poder tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, quando o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, ou não as concluir dentro dos prazos que para o efeito lhe foram fixados, de acordo com o disposto no artigo 91º do referido diploma.

5. Considerando ainda as competências da Câmara Municipal em matéria de licenciamento previstas na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no sentido de incutir maior celeridade aos processos, proponho que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara Municipal as competências para:

I. No âmbito do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração:

a) Conceder autorização para exploração de estabelecimentos no âmbito das alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 5º e do artigo 9º;

b). Conceder autorização para exploração de estabelecimentos no âmbito do nº 2 do artigo 5º e do artigo 9º;

c). Verificar a conformidade do pedido de autorização e emitir despacho de convite ao aperfeiçoamento, nos termos do disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 8º;

d). Designar um gestor do procedimento para cada procedimento, ao abrigo do nº 6 do artigo 8º.

II. No âmbito do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, inserido na iniciativa «licenciamento zero», em conjugação também com o disposto na alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: Conceder autorização para ocupação do espaço público ao abrigo do disposto nos artigos 12º e 15º.

III.. No âmbito do regime de afixação ou inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial previsto na Lei nº 97/88, de 17 de agosto, na atual redação:

a). Conceder o licenciamento de afixação ou inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial, nos termos do artigo 2º.

6. Das decisões tomadas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a Câmara Municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa, conforme o nº 2 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Relativamente a este assunto, o Vereador Armindo Silveira citou o seguinte:

"Salvo melhor opinião, o Bloco de Esquerda (BE), não entende como é que uma das competências irá ser delegada no Sr. Presidente da CMA cujo a alínea passo a transcrever:

-alínea y) "Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea pp) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;"

Pergunto aos restantes membros deste órgão se, por força do ponto que consta nesta mesma reunião (GAP - ponto 05_ nomeação Conselho de Administração dos SMA) no qual é proposta a nomeação do referido conselho onde consta que o Sr. Presidente da CMA irá ser nomeado Presidente do Conselho de Administração, é credível, transparente e rigoroso que o Sr. Presidente da CMA, Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos dos Reis, no exercício das suas funções delegadas possa exonerar o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMA, Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos dos Reis?"

O Presidente da Câmara referiu que os serviços jurídicos irão analisar a questão mencionada, mas sublinhou que sempre assim aconteceu e como tal, o Presidente da Câmara, continuará a presidir o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra do Vereador Armindo Silveira, aprovada a proposta apresentada.

O Vereador Armindo Silveira apresentou declaração de voto do seguinte teor:

"O Sr. Presidente da CMA já tem quarenta e cinco competências diretas estipuladas pelo artigo 35º da lei 75/2013 de 12 de setembro. Com esta proposta de delegação irá acumular mais de 55 somando, salvo erro, cerca de 100 no total. Mas não se fica por aqui dado que também irá acumular a Presidência do Conselho de Administração dos SMAS, o que me leva a dizer que Sr. Presidente da CMA tentará ir pelo caminho da sua antecessora que acumulava presidências como quem coleciona cromos da bola.

O BE discorda frontalmente que um só eleito concentre em si tanto poder. Uma das várias consequências é que muitas decisões deixarão de ser escrutinadas nas reuniões de Câmara impedindo o Vereador do Bloco de Esquerda de se pronunciar antes das decisões serem tomadas o que esvazia completamente a sua função e fragiliza este órgão.

Face ao exposto e em nome da responsabilidade, da transparência e da dignidade deste órgão, votamos contra esta delegação de competências."



GAP - Nº 05 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, do seguinte teor:- PG 458391

"Considerando que, nos termos do artigo 12º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que define que os serviços municipalizados são geridos por um conselho de administração, constituído por um presidente e dois vogais, nomeados de entre os membros da Câmara Municipal, proponho que a Câmara Municipal delibere nomear para o mandato ora iniciado em 19 de

Proposta

Considerando os poderes consignados pelo nº 1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, assim como as respetivas competências estabelecidas no artigo 33º da citada lei, proponho que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara a competência para:

1. No âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente:

- a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, ao abrigo da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- c) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- d) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções, ao abrigo da alínea h) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- e) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, ao abrigo da alínea l) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- f) Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- g) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, ao abrigo da alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- h) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, ao abrigo da alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- i) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- j) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, ao abrigo da alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

- k) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, ao abrigo da alínea x) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- l) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, ao abrigo da alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- m) Executar as obras, por administração direta ou empreitada, ao abrigo da alínea bb) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- n) Alienar bens móveis, ao abrigo da alínea cc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- o) Proceder a aquisição e locação de bens e serviços, ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- p) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, ao abrigo da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- q) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, ao abrigo da alínea ff) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- r) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, ao abrigo da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- s) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, ao abrigo da alínea ii) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- t) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, ao abrigo da alínea jj) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- u) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura, ao abrigo da alínea kk) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- v) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, ao abrigo da alínea ll) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- w) Designar os representantes do município nos conselhos locais, ao abrigo da alínea mm) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- x) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, ao abrigo da alínea nn) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- y) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea pp) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- z) Administrar o domínio público municipal, ao abrigo da alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- aa) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos, ao abrigo da alínea rr) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- bb) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia, ao abrigo da alínea ss) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- cc) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios, ao abrigo da alínea tt) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- dd) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município, ao abrigo da alínea uu) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- ee) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município, ao abrigo da alínea ww) nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

- ff) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados, ao abrigo da alínea xx) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - gg) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, ao abrigo da alínea yy) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - hh) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município ao abrigo da alínea zz) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - ii) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, abrigo da alínea bbb) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - jj) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal, abrigo da alínea b) do artigo 39º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
 - kk) Proceder a marcação e justificação das faltas dos membros da Câmara Municipal, abrigo da alínea c) do artigo 39º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. Considerando as competências previstas Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, na atual redação, bem como o disposto no nº 1 do respetivo artigo 3º, relativamente ao exercício e fiscalização das seguintes atividades, e até à celebração dos acordos de execução nos termos do artigo 133º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:
- a) Guarda-noturno (ressalva-se desta delegação a atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, por se tratar de competência própria do Presidente da Câmara, cfr. artigo 5º nº 1 do Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro);
 - b) Realização de acampamentos ocasionais;
 - c) Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão;
 - d) Realização de fogueiras ou queimadas.
3. Considerando as competências quanto a outras matérias:
- a) Autorização para realizar obras por administração direta até ao valor de 149.639,36 €, ao abrigo do nº 2 do artigo 18º em conjugação com o artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na atual redação;
 - b) Autorização para realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 748.196,85 €, ao abrigo do nº 2 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na atual redação;
 - c) A autorização para a utilização de vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, de acordo com o previsto no Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março.
4. Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de licenciamento previstas na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no sentido de incutir maior celeridade aos processos, proponho que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara Municipal as competências para:
- a) Licenciamento administrativo para realização de operações urbanísticas no âmbito das alíneas c) a f) do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação;
 - b) Aprovação da informação prévia prevista no artigo 5º, nº 4, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação;
 - c) Determinar, precedendo de vistoria, as obras de conservação necessárias a correção de más condições de segurança ou salubridade ou a melhoria do arranjo estético, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



- d) Ordenar, precedendo de vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- e) Poder tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, quando o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, ou não as concluir dentro dos prazos que para o efeito lhe foram fixados, de acordo com o disposto no artigo 91º do referido diploma.
5. Considerando ainda as competências da Câmara Municipal em matéria de licenciamento previstas na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no sentido de incutir maior celeridade aos processos, proponho que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara Municipal as competências para:
- I. No âmbito do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração:
- a) Conceder autorização para exploração de estabelecimentos no âmbito das alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 5º e do artigo 9º;
- b) Conceder autorização para exploração de estabelecimentos no âmbito do nº 2 do artigo 5º e do artigo 9º;
- c) Verificar a conformidade do pedido de autorização e emitir despacho de convite ao aperfeiçoamento, nos termos do disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 8º;
- d) Designar um gestor do procedimento para cada procedimento, ao abrigo do nº 6 do artigo 8º.
- II. No âmbito do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, inserido na iniciativa «licenciamento zero», em conjugação também com o disposto na alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:
- a) Conceder autorização para ocupação do espaço público ao abrigo do disposto nos artigos 12º e 15º.
- III. No âmbito do regime de afixação ou inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial previsto na Lei nº 97/88, de 17 de agosto, na atual redação:
- a) Conceder o licenciamento de afixação ou inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial, nos termos do artigo 2º.
6. Das decisões tomadas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a Câmara Municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa, conforme o nº 2 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Abrantes, 26 de fevereiro de 2019.

O Presidente da Câmara


Manuel Jorge Valamatós



DESPACHO

Delegação e Subdelegação de Competências

De acordo com o n.º 2 do artigo 36.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **delego** no Vereador **João Carlos Caseiro Gomes** as competências para:

- Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas de responsabilidade que lhe estão atribuídas;
- Conceder autorizações de utilização de edifícios, no âmbito do controlo prévio, ao abrigo da alínea j) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos seguintes casos: § i) Sem licença ou na falta de qualquer outro procedimento de controlo prévio legalmente previsto ou com inobservância das condições neles constantes; § ii) Com violação dos regulamentos, das posturas municipais, de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, de áreas de desenvolvimento urbano prioritário ou de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes, ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas, ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Delego ainda no referido Vereador, que subdelegará no dirigente responsável pela área do urbanismo, as competências previstas no n.º 3 do artigo 38.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente para:

- Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obra, prevista na alínea d);
- Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, prevista na alínea e);

- Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, prevista na alínea g);
- Emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmem esse direito, prevista na alínea h);
- Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante, ao abrigo da alínea m) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Subdelego, no referido Vereador, ao abrigo do nº 2 do artigo 36º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as competências em mim delegadas por deliberação da Câmara Municipal de 06/03/2019, para:

- Decidir sobre a aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, nomeadamente sobre o exercício ou não do direito de preferência de que o Município seja titular sobre imóveis, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas, conforme disposto na alínea p) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos, ao abrigo da alínea x) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, ao abrigo da alínea w) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
- Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, ao abrigo da alínea y) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Executar as obras, por administração direta, ao abrigo da alínea bb) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Decidir sobre de cedência e sobre a cessação dos acordos de cedência de parcelas de hortas comunitárias previstas no Regulamento das Hortas Comunitárias do Município de Abrantes, de acordo com as alíneas ee) e ff) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

- Alienar os bens móveis, nos termos da alínea cc) artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referentes a produtos alienáveis pelo regulamento de alienação de produtos municipais publicitado pelo Edital 76/2013.
- Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, ao abrigo da alínea ii) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, ao abrigo da alínea jj) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura, ao abrigo da alínea kk) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Administrar o domínio público municipal, ao abrigo da alínea qq) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito das operações urbanísticas ou das operações relacionadas que tenham impacto no trânsito;
- Decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos, ao abrigo da alínea rr) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia, ao abrigo da alínea ss) do nº 1 do artigo 33º ao anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
- Estabelecer as regras de numeração dos edifícios, ao abrigo da alínea tt) do nº 1 do artigo 33º ao anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
- Decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município, ao abrigo da alínea uu) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, sempre que sobre elas incidam questões de trânsito e outros factos distintos geradores de ocupação, conforme dispõe a alínea ee) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando que há toda a vantagem na gestão integrada de determinado espaço;

Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de licenciamento previstas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com a alínea y) do nº 1 do artigo 33º

e com o nº 1 do art. 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **Subdelego**, no referido Vereador, as competências em mim delegada por deliberação da Câmara Municipal de 06/03/2019, relativamente a:

- Licenciamento administrativo para realização de operações urbanísticas no âmbito das alíneas c) a f) nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto no nº 1 do artigo 5º do mesmo diploma;
- Aprovação da informação prévia prevista no artigo 5º, nº 4, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação;
- Determinar, precedendo de vistoria, as obras de conservação necessárias a correção de más condições de segurança ou salubridade ou a melhoria do arranjo estético, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Ordenar, precedendo de vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 89º e nº 1 do artigo 90º do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, em conjugação com o disposto na alínea w) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

No âmbito do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, **delego** no referido Vereador, as competências para:

- Conceder autorização para a utilização de edifícios ou suas frações, bem como as alterações da utilização dos mesmos, nos termos previstos no nº 5 do artigo 4º, em conjugação com o disposto no nº 3 do artigo 5º;
- Dirigir a instrução dos procedimentos previstos na Secção II, do Capítulo II, ao abrigo do artigo 8º, nº2;
- Decidir questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação apresentados, nos termos do disposto nos nºs 1, 2 e 10 do artigo 11º do referido diploma, proferindo despacho de aperfeiçoamento do pedido ou de rejeição liminar, se for o caso;
- Decidir sobre qualquer outra questão que prejudique o desenvolvimento normal do procedimento ou impeça a tomada de decisão sobre o objeto do pedido, nomeadamente a ilegitimidade do requerente e a caducidade do direito que se pretende exercer, e suspender o procedimento até que o órgão ou tribunal competente se pronunciem, no âmbito do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, nos termos do disposto nos nºs 7 e 10 do artigo 11º do referido diploma;

- Determinar a realização de vistoria com vista a concessão de autorização de utilização ao abrigo do nº 2 do artigo 64º, em conjugação com a alínea j) do nº 2 do artigo 35º e nº 2 do artigo 36º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Emitir o alvará para a realização das operações urbanísticas, ao abrigo do disposto no artigo 75º;
- Exercer os poderes de fiscalização prevista no artigo 93º e de acordo com o disposto no artigo 94º;
- Ordenar embargos ao abrigo do disposto no artigo 102º-B, em conjugação com a alínea k) do nº 2 do artigo 35º e nº 2 do art. 36º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Quando for caso disso, ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes da data de início das obras ou trabalhos, nos termos do disposto no artigo 106º, em conjugação com a alínea k) do nº 2 do artigo 35º e nº 2 do art. 36º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;


No âmbito do Decreto-Lei nº 309/2002, de 16 de dezembro, na atual redação, **delego** no referido Vereador, as competências para:

- Emissão do alvará da licença de utilização para recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos nº 1 do artigo 12º do referido diploma, em conjugação com o nº 2 do artigo 36º e artigo 62º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

No âmbito do Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2007, de 1 de agosto (Regulamento Geral do Ruído), **delego** no referido vereador, a competência para:

- Emissão de Alvará de Licença especial de ruído, ao abrigo do nº 2 do artigo 36º e artigo 62º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Abrantes, 06 de março de 2019


Manuel Jorge Valamatós

Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação e subdelegação de Competências

De acordo com o nº 2 do artigo 36º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **delego** na Vereadora **Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires** as competências, que poderá subdelegar na dirigente responsável pela área administrativa, para:

- Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos, ao abrigo da alínea l) do nº 1 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas de responsabilidade que lhe estão atribuídas.
- Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas, ao abrigo da alínea m) do nº 2 do artigo 35º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- Determinar a instrução do processo contraordenacional, incluindo a designação do instrutor, e para aplicar coimas, sanções acessórias e custas, ao abrigo da alínea n) do nº 2 do artigo 35º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, sempre que seja admissível, no âmbito da legislação específica, a delegação desta competência.
- Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, ao abrigo da alínea e) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa, ao abrigo da alínea e) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, ao abrigo da alínea g) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a renovação de licenças que dependa exclusivamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados, ao abrigo da alínea j) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

- Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante, ao abrigo da alínea m) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

No âmbito do Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, na atual redação, e ao abrigo do nº 1 do artigo 3º do mesmo diploma, **subdelego**, na referida Vereadora, as competências em mim delegadas por deliberação da Câmara Municipal de 06/03/2019, relativamente ao exercício e fiscalização das seguintes atividades, e até à celebração dos acordos de execução nos termos do artigo 133º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

- Guarda-noturno (ressalva-se desta subdelegação a atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, por se tratar de competência própria do Presidente da Câmara, cfr. artigo 5º nº 1 do Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro);
- Realização de acampamentos ocasionais;
- Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão;
- Realização de fogueiras ou queimadas.

No âmbito do mesmo diploma e ao abrigo do nº 2 do artigo 3º, **delego** ainda na mesma vereadora a competência para atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, prevista no nº 1 do artigo 5º.

No âmbito do Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, na atual redação, e ao abrigo do nº 1 do artigo 3º do mesmo diploma, **subdelego**, na referida Vereadora, as competências em mim delegadas por deliberação da Câmara Municipal de 06/03/2019, relativamente ao exercício e fiscalização das seguintes atividades, e até à celebração dos acordos de execução nos termos do artigo 133º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

- Guarda-noturno (ressalva-se desta subdelegação a atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, por se tratar de competência própria do Presidente da Câmara, cfr. artigo 5º nº 1 do Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro);
- Realização de acampamentos ocasionais;
- Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão;
- Realização de fogueiras ou queimadas.

No âmbito do mesmo diploma e ao abrigo do nº 2 do artigo 3º, **delego** ainda na mesma Vereadora a competência para atribuição da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno, prevista no nº 1 do artigo 5º.

De acordo com o nº 2 do artigo 36º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **subdelego** na referida Vereadora a competência para administrar o domínio público municipal, em mim delegada por deliberação de 06/03/2019, ao abrigo da alínea qq) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito das operações abrangidas pelo Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Abrantes.

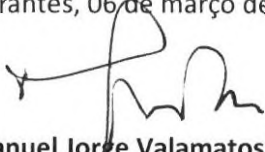
Ao abrigo do nº 2 do artigo 36º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **subdelego** ainda na mencionada Vereadora, as competências em mim delegada por deliberação da Câmara Municipal de 06/03/2019, para:

1. No âmbito do Decreto-Lei nº 10/2015, de 15 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração e em conjugação com o disposto na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:
 - Conceder autorização para exploração de estabelecimentos no âmbito das alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 5º e do artigo 9º;
 - Conceder autorização para exploração de estabelecimentos no âmbito do nº 2 do artigo 5º e do artigo 9º;
 - Verificar a conformidade do pedido de autorização e emitir despacho de convite ao aperfeiçoamento, nos termos do disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 8º;
 - Designar um gestor do procedimento para cada procedimento, ao abrigo do nº 6 do artigo 8º;
2. No âmbito do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa «licenciamento zero», em conjugação com o disposto na alínea qq) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:
 - Conceder autorização para ocupação do espaço público ao abrigo do disposto nos artigos 12º e 15º.

3. No âmbito do regime de afixação ou inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial previsto na Lei nº 97/88, de 17 de agosto, na atual redação:

- Conceder o licenciamento de afixação ou inscrição de mensagens de publicidade de natureza comercial, nos termos do artigo 2º.

Abrantes, 06 de março de 2019

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel Jorge Valamatos', with a stylized, cursive script.

Manuel Jorge Valamatos

Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação e Subdelegação de Competências

De acordo com o nº 2 do artigo 36º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **delego** na Vereadora **Celeste Maria Ferreira Riachos Simão** as competências para:

- Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos, ao abrigo da alínea l) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas de responsabilidade que lhe estão atribuídas.

Subdelego, na referida Vereadora, ao abrigo do nº 2 do artigo 36º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as competências em mim delegada por deliberação da Câmara Municipal de 21/10/2013, para:

- Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal, ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, ao abrigo da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro;

Abrantes, 28 de fevereiro de 2019

Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação de Competências

De acordo com o nº 2 do artigo 36º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **delego** no Vereador **Luís Filipe Correia Dias** as competências para:

- Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos, ao abrigo da alínea I) do nº 1 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nas áreas de responsabilidade que lhe estão atribuídas.

Abrantes, 06 de março de 2019

Manuel Jorge Valamatos

Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação de Competências

Ao abrigo do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com do artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **delego na Chefe da Divisão de Financeira, Ana Cristina Marques dos Santos da Silva Neves**, as competências para:

- Autorizar as despesas realizadas, até ao montante de 5.000,00 (cinco mil) euros por procedimento, de acordo com as alíneas g) e h) do nº 1 do artigo 35º e artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, bem como nomear os gestores dos referidos contratos, nos termos do disposto no nº 1 do artº 290º-A do Código dos Contratos Públicos e demais disposições legais aplicáveis aos procedimentos em causa;
- Autorizar o pagamento das despesas realizadas, ao abrigo da alínea h) do nº1 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a realização e o pagamento das despesas em cumprimento de contratos de adesão cuja celebração tenha sido autorizada e com cabimento no orçamento em vigor, ao abrigo da alínea a) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão, ao abrigo do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, e com o artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro).
- Praticar outros atos de caráter instrumental necessários ao exercício de competência decisória do delegante ou subdelegante, ao abrigo da alínea m) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Subdelego ainda na Chefe da Divisão Financeira a competência para, ao abrigo da alínea ww) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, enviar ao Tribunal de Contas as contas do Município e todas as devam ser submetidas à sua apreciação.

Nos termos do artigo 42º do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a substituição, nas ausências e impedimentos, da **Chefe da Divisão de Financeira, Ana Cristina Marques dos Santos da Silva Neves**, é efetuada pela seguinte ordem:

1. Chefe da Divisão Administrativa, Catarina Alexandra Justino Santos;
2. Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas e dos Sistemas de Informação, Hélder Francisco Fragoso Rodrigues.

Abrantes, 06 de março de 2019



Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação de Competências

Ao abrigo do nº 1 e do nº 2 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com do artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **delego** no Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano, **Helder Francisco Fragoso Rodrigues**, competências nas seguintes matérias:

- Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público, ao abrigo da alínea a) do nº 2 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Justificar faltas, ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas, ao abrigo da alínea e) do nº 2 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, ao abrigo da alínea f) do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Assinar contratos de trabalho em funções públicas, ao abrigo da alínea g) do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Praticar os atos relativos a aposentação de trabalhadores, ao abrigo da alínea i) do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Praticar os atos respeitantes ao regime de segurança social, incluindo os relativos a acidentes de trabalho e acidentes em serviço, ao abrigo da alínea j) do nº 2 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante, ao abrigo da alínea m) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

- Assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão, ao abrigo do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, e com o artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro).

Nos termos do artigo 42º do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a substituição, nas ausências e impedimentos, do **Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas e dos Sistemas de Informação, Hélder Francisco Fragoso Rodrigues**, é efetuada pela seguinte ordem:

1. Chefe da Divisão Administrativa, Catarina Alexandra Justino Santos;
2. Chefe da Divisão Financeira, Ana Cristina Santos Marques Silva Neves.

Abrantes, 06 de março de 2019



Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **delego** no **Chefe da Divisão do Desenvolvimento Económico, Ricardo Filipe dos Santos Aparício**, a competência para assinar correspondência e mero expediente relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

Manuel Jorge Valamatos

Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação e Subdelegação de Competências

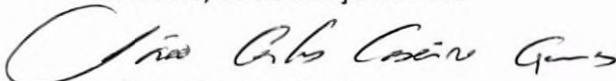
Ao abrigo do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com do artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego no Chefe da Divisão do Urbanismo, Carlos Santos Duque**, as competências em mim delegadas pelo Presidente da Câmara em 06 de março de 2019 para:

- Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obra, ao abrigo da alínea d) no nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, ao abrigo da alínea e) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, ao abrigo da alínea g) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Emitir alvarás exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmem esse direito, ao abrigo da alínea h) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante, ao abrigo da alínea m) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.
- Assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão, ao abrigo do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, e com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro).

Ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação), **subdelego** no referido chefe de divisão as competências nas seguintes matérias:

- Conceder autorização para a utilização de edifícios ou suas frações, bem como as alterações da utilização dos mesmos, nos termos previstos no nº 5 do artigo 4º, em conjugação com o disposto no nº 3 do artigo 5º;
- Dirigir a instrução dos procedimentos previstos na Secção II, do Capítulo II, ao abrigo do artigo 8º, nº 2;
- Decidir questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação apresentados, nos termos do disposto nos nºs 1, 2 e 10 do artigo 11.º do referido diploma, proferindo despacho de aperfeiçoamento do pedido ou de rejeição liminar, se for o caso;
- Decidir sobre qualquer outra questão que prejudique o desenvolvimento normal do procedimento ou impeça a tomada de decisão sobre o objeto do pedido, nomeadamente a ilegitimidade do requerente e a caducidade do direito que se pretende exercer, e suspender o procedimento até que o órgão ou tribunal competente se pronunciem, no âmbito do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, nos termos do disposto nos nºs 7 e 10 do artigo 11.º do referido diploma;
- Emitir o alvará de licença ou de autorização para a realização das operações urbanísticas, ao abrigo do disposto no artigo 75º;

Abrantes, 06 de março de 2019



João Carlos Caseiro Gomes

Vereador da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de Janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego** na **Chefe da Divisão de Obras Públicas, Sara Cristina Jorge Morgado**, a competência para assinar correspondência e mero expediente relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

A handwritten signature in black ink, which appears to read "João Carlos Caseiro Gomes". The signature is fluid and cursive, with the first name "João" being particularly prominent.

João Carlos Caseiro Gomes

Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de Janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego** no **Chefe da Divisão de Logística, João António Fernandes Silva**, a competência para assinar correspondência e mero expediente relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

João Carlos Caseiro Gomes

Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de Janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego** na **Chefe da Divisão do Ambiente, Maria Luísa Espadinha Rodrigues**, a competência para assinar correspondência e mero expediente relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

João Carlos Caseiro Gomes

Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com do artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego** na **Chefe da Divisão Administrativa, Catarina Alexandra Justino Santos**, as competências em mim delegadas pelo Presidente da Câmara em 06 de março de 2019 para:

- Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, ao abrigo da alínea e) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa, ao abrigo da alínea f) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, ao abrigo da alínea g) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Autorizar a renovação de licenças que dependa exclusivamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados, ao abrigo da alínea j) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- Determinar a instrução de processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor, ao abrigo da alínea l) do nº 3 do artigo 38º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sempre que seja admissível, no âmbito da legislação específica, a delegação desta competência;

- Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante, ao abrigo da alínea m) do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.
- Assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão, ao abrigo do n.º 3 do artigo 38.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação, e com o artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro).

Nos termos do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a substituição, nas ausências e impedimentos, da **Chefe da Divisão Administrativa, Catarina Alexandra Justino Santos**, é efetuada pela seguinte ordem:

1. Chefe da Divisão Financeira, Ana Cristina Santos Marques Silva Neves;
2. Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas e dos Sistemas de Informação, Hélder Francisco Fragoso Rodrigues.

Abrantes, 06 de março de 2019



Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires

Vereadora da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (DL nº 4/2015, de 07 de janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego na Chefe da Divisão do Conhecimento, Lurdes Maria Conceição Batista**, a competência para assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

Celeste Maria Ferreira Riachos Simão

Vereadora da Câmara Municipal



DESPACHO

Delegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (DL nº 4/2015, de 07 de janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego na Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, Maria Isabel Cartaxo Pires**, a competência para assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

Celeste Maria Ferreira Riachos Simão

Vereadora da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego no Chefe da Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo, Luís Miguel Loureiro Valente**, a competência para, assinar correspondência e mero expediente, relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Luís Filipe Correia Dias". The signature is written in a cursive, flowing style.

Luís Filipe Correia Dias

Vereador da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, na atual redação, com o artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro) e com o artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego na Chefe da Divisão da Cultura e Turismo, Anabela Cristina Nunes Rodrigues Diogo**, a competência para assinar correspondência e mero expediente relativamente a assuntos tratados na Divisão.

Abrantes, 06 de março de 2019

Luís Filipe Correia Dias

Vereador da Câmara Municipal



DESPACHO

Subdelegação de Competências

Ao abrigo do nº1 do artigo 38º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com do artigo 16º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, **subdelego** no Técnico Superior **Luís Miguel Ferreira Pires** a competência em mim delegada em 06 de março de 2019 para conferência de fotocópias de natureza administrativa e para autorização da consulta de processos.

Os atos praticados devem observar as normas legais aplicáveis, nomeadamente as previstas no Código do Procedimento Administrativo, na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e à informação administrativa e ao Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Abrantes, 06 de março de 2019

Catarina Alexandra Justino Santos

Chefe da Divisão Administrativa